



Número: **0842538-82.2020.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **14ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **25/08/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
JOSE ELIAS PEIXOTO RODRIGUES (AUTOR)	VITORIA SANTOS DE ARAUJO (ADVOGADO)
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
34481356	18/09/2020 11:46	Petição	Petição
34481363	18/09/2020 11:46	PETIÇÃO NOS AUTOS - JOSÉ ELIAS X SEGURADORA LIDER - deferimento JG	Outros Documentos
34481364	18/09/2020 11:46	GuiaCustas (11)	Guias de Recolhimento/ Deposito/ Custas
34481366	18/09/2020 11:46	EXTRATO CNIS E BENEF PREVIDENCIARIO	Documento de Comprovação
34481370	18/09/2020 11:46	CERTIDÃO DE CASAMENTO	Documento de Comprovação
36897769	20/11/2020 16:55	Despacho	Despacho

PETIÇÃO NOS AUTOS - COMPROVAÇÃO DE HIPOSSUFICIENCIA E PEDIDO DE DEFERIMENTO DA JG EM ANEXO.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 14ª
VARA CÍVEL DA CAPITAL/PB.**

Processo nº **0842538-82.2020.8.15.2001**

JOSÉ ELIAS PEIXOTO RODRIGUES, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, que move em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, por meio de sua patrona legalmente habilitada, vem à presença de Vossa Excelência informar e requer o quanto segue:

MM Juiz, a parte autora foi intimada para comprovar nos autos a sua situação de hipossuficiência, bem como, fazer a juntada de cópias de sua CTPS, extratos bancários dos últimos três meses, extratos da fatura de cartão de crédito dos últimos três meses e ainda de cópias dos 03 (três) últimas declarações do imposto de renda, fornecendo-lhe ainda, a opção de parcelar as custas e despesas processuais, na forma facultada pelo artigo 98, § 6º do CPC.

Primeiramente, segue em anexo simulação do valor das custas processuais emitidas pelo próprio sistema do Tribunal de Justiça da Paraíba, que satisfaz a quantia – exorbitante, diga-se de passagem – de R\$ 1.232,62 (mil duzentos e trinta e dois reais e sessenta e dois centavos), e mesmo assim, tal valor não comporta parcelamento, conforme se verifica abaixo, vejamos:

Av. Dom Pedro II, nº. 987, Sala 304, Ed. Lê Cartier, Centro, João Pessoa/PB - CEP 58013-420
(83) 3222-1414 | 98611-5559 | www.vitoriasantos.adv.br | contato@vitoriasantos.adv.br



Guia de Custas - 200.2020.647030

Dados Gerais				
Tipo da Guia: Custas Iniciais	Processo: 0842536-82-2020.8.15.2001	Data de Emissão: 26/08/2020	Data de Vencimento: 31/08/2020	Situação: Pendente

Informações Específicas
Fazenda Pública é Autora: Não

Esses valores em reais são baseados no valor da UFR no momento da solicitação da Guia. Caso ela tenha sido parcelada, os valores das parcelas serão alterados de acordo com o valor da UFR.

Detalhamento dos Valores			
Receita	Valor Total	Desconto	Valor Final
Custas Judiciais 1ª Grau	R\$ 1.035,00 (20 UFR)	-	R\$ 1.035,00 (20 UFR)
Taxa Judiciária	R\$ 202,50 (3,91078 UFR)	-	R\$ 202,50 (3,91078 UFR)
Total			R\$ 1.236,10 (23,91078 UFR)

Douto Julgador cumpre esclarecer que o promovente não possui condições de arcar com o pagamento das custas, sem o comprometimento da sua manutenção, bem como de sua família, à medida que este tem sobrevivido de Benefício Previdenciário, conforme se comprova mediante os documentos que ora colacionamos.

DA VÍNCULAÇÃO JURÍDICA AO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS

MM Juiz, em atendimento a determinação contida na segunda parte do despacho, quanto a comprovação da vinculação jurídica do autor ao comprovante de endereço constante dos autos, a parte autora informa, tratar-se a pessoa titular do comprovante de residência apresentado nos autos de sua esposa, fato que pode ser atestado mediante a certidão de casamento que ora colacionamos.

DO DIREITO AO ACESSO A JUSTIÇA: ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

A parte autora não possui condições de arcar com as despesas processuais da presente demanda sem o prejuízo em seu sustento e de sua família. Por este motivo, requer que sejam concedidos os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA, com fulcro

Av. Dom Pedro II, nº. 987, Sala 304, Ed. Lê Cartier, Centro, João Pessoa/PB - CEP 58013-420
 (83) 3222-1414 | 98611-5559 | www.vitoriasantos.adv.br | contato@vitoriasantos.adv.br



no artigo 98, do Código de Processo Civil, eis que a própria requerente, em declaração constante dos autos, já postula tal benefício.

Invocando-se o princípio isonômico, conclui-se que, qualquer pessoa, física ou jurídica, brasileira ou não, residente no Brasil ou não, é beneficiária da Justiça Gratuita, nos termos da Lei Federal nº 1.050/60, mais especificamente em seu art. 2º.:

"Gozarão dos benefícios desta Lei os nacionais ou estrangeiros residentes no País, que necessitarem recorrer à justiça penal, civil, militar ou do trabalho.

Parágrafo único. Considera-se necessitado, para os fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família".

Através da presente Lei Federal, estabelece-se a isenção ao necessitado, de custas, despesas processuais, bem como de honorários advocatícios. Desta forma, permite o Estado que qualquer do povo, por mais necessitado que seja, tenha acesso ao Poder Judiciário, podendo, desta maneira, exercer direitos conceituados como fundamentais, permitindo, pois, a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Necessitado, nos termos da lei é "todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar às custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família". Portanto, o necessitado poderá ser tanto a pessoa física como jurídica que se encontre em dificuldade financeira, como é bem o caso em tela.

O instituto da gratuidade de acesso à Justiça tem o condão maior de tornar acessível a máquina judiciária daqueles que precisam. Certo seria que a mínima condição teria esta autora de pleitear o direito aqui discutido, se não fosse a concessão do benefício da Justiça Gratuita.

Diante do exposto, fica mais do que provado que a autora é pobre na forma da Lei, restando patente a dificuldade financeira da parte autora que encontra-se desempregada e sem renda, fato que a impede de efetuar o pagamento das custas processuais sem que haja prejuízo do seu sustento, devendo ser beneficiária dos benefícios da Justiça Gratuita na sua plenitude e, como consequência, requer dê-se prosseguimento ao feito como já requerido.

Av. Dom Pedro II, nº. 987, Sala 304, Ed. Lê Cartier, Centro, João Pessoa/PB - CEP 58013-420
(83) 3222-1414 | 98611-5559 | www.vitoriasantos.adv.br | contato@vitoriasantos.adv.br





Termos em que,
Pede deferimento.


João Pessoa/PB, 18 de setembro de 2020.

VITORIA SANTOS DE ARAUJO RAPOSO
OAB/PB 21.931

Av. Dom Pedro II, nº. 987, Sala 304, Ed. Lê Cartier, Centro, João Pessoa/PB - CEP 58013-420
(83) 3222-1414 | 98611-5559 | www.vitoriasantos.adv.br | contato@vitoriasantos.adv.br



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 200.1.20.47030/01
			Data de emissão: 01/09/2020
Nº do Processo: 0842538-82.2020.815.2001	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/09/2020
Número da 200.2020.647030	Tipo da Custas Iniciais	UFR vigente: R\$ 51,78	
Detalhamento - Custas Processuais: R\$ 1.035,60 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Taxa bancária: R\$ 1,35		Promovente VITORIA SANTOS DE ARAUJO; JOSE ELIAS PEIXOTO	Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
		Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO	Parcela: 1/1
		Valor da causa: R\$ 13.500,00	Valor total: R\$ 1.239,45
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Desconto total: R\$ 0,00
866000000129 394509283187 520200930201 012047030015 			Valor final: R\$ 1.239,45

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 200.1.20.47030/01
			Data de emissão: 01/09/2020
Nº do Processo: 0842538-82.2020.815.2001	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/09/2020
Número da 200.2020.647030	Tipo de Custas Iniciais	UFR vigente: R\$ 51,78	
Promovente VITORIA SANTOS DE ARAUJO; JOSE ELIAS PEIXOTO RODRIGUES;	Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.;	Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6	
Valor da causa: R\$ 13.500,00	Parcela: 1/1		
Detalhamento - Custas Processuais: R\$ 1.035,60 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Taxa bancária: R\$ 1,35	Valor total: R\$ 1.239,45		
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 1.239,45

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 200.1.20.47030/01
			Data de emissão: 01/09/2020
Nº do Processo: 0842538-82.2020.815.2001	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/09/2020
Número da 200.2020.647030	Tipo de Custas Iniciais	UFR vigente: R\$ 51,78	
Detalhamento - Custas Processuais: R\$ 1.035,60 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Taxa bancária: R\$ 1,35	Promovente VITORIA SANTOS DE ARAUJO; JOSE ELIAS PEIXOTO	Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6	
		Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO	Parcela: 1/1
		Valor da causa: R\$ 13.500,00	Valor total: R\$ 1.239,45
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Desconto total: R\$ 0,00
866000000129 394509283187 520200930201 012047030015 			Valor final: R\$ 1.239,45



Regime Geral de Previdência Social - RGPS

Dados Cadastrais

NIT:	1279185644-9
CPF:	020.524.174-35
Nome:	JOSE ELIAS PEIXOTO RODRIGUES
Data de Nascimento:	20/07/1973
Nome da Mãe:	SEBASTIANA PEIXOTO RODRIGUES
Data de cadastramento:	15/05/2003

Consulta de Extrato Previdenciário

SEQ.	VÍNCULOS	PERÍODO
001	Benefício da Previdência Social	02/04/2020 a 00/00/0000
002	RESIDENCIAL ILHA DE RHODES INCORPORADORA SPE LTDA	01/07/2014 a 01/08/2014
003	DMAIS IMPORTACAO E EXPORTACAO DE ALIMENTOS LTDA	01/02/2013 a 31/05/2013
004	X5 CONSTRUCOES LTDA	02/01/2012 a 09/04/2012
005	T C ENGENHARIA LTDA	16/08/2010 a 09/12/2010
006	MARCOLINO EDIFICACOES LTDA	15/10/2009 a 01/02/2010
007	LUSA ENGENHARIA LTDA	02/04/2007 a 00/00/0000
008	JOAO VELOSO DA CRUZ GOUVEIA	02/05/2003 a 00/00/0000





88% 4:34 PM

INTERNET **BANKING**

SAIR

NIT: 1279185644-9

CPF: 020.524.174-35

Nome: JOSE ELIAS PEIXOTO RODRIGUES

Data de
Nascimento: 20/07/1973Nome da
Mãe: SEBASTIANA PEIXOTO
RODRIGUESData de
cadastramento: 15/05/2003**Consulta de Extrato Previdenciário****SEQ. VÍNCULOS****PERÍODO**001 [Benefício da Previdência Social](#)02/04/2020 a
00/00/0000



INTERNET **BANKING**



SAIR

SEQ.	VÍNCULOS	PERÍODO
------	----------	---------

001	Benefício da Previdência Social	02/04/2020 a 00/00/0000
-----	---	----------------------------

002	RESIDENCIAL ILHA DE RHODES INCORPORADORA SPE LTDA	01/07/2014 a 01/08/2014
-----	---	----------------------------

003	DMAIS IMPORTACAO E EXPORTACAO DE ALIMENTOS LTDA	01/02/2013 a 31/05/2013
-----	---	----------------------------

004	X5 CONSTRUCOES LTDA	02/01/2012 a 09/04/2012
-----	-------------------------------------	----------------------------

005	T C ENGENHARIA LTDA	16/08/2010 a 09/12/2010
-----	-------------------------------------	----------------------------

006	MARCOLINO EDIFICACOES LTDA	15/10/2009 a 01/02/2010
-----	--	----------------------------

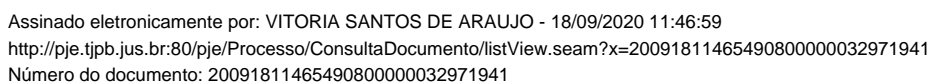
007	LUSA ENGENHARIA LTDA	02/04/2007 a 00/00/0000
-----	--------------------------------------	----------------------------

008	JOAO VELOSO DA CRUZ GOUVEIA	02/05/2003 a 00/00/0000
-----	---	----------------------------



THE UNIVERSITY OF CHICAGO
 LIBRARY
 540 EAST 57TH STREET
 CHICAGO, ILL. 60637
 TEL: 773-936-5000
 FAX: 773-936-5000
 WWW: WWW.CHICAGO.EDU

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637
TEL. 733-4331
FAX 733-8328
WWW.CHICAGO.EDU





BRADESCO

COMPROVANTE DE RECIBO DE RETIRADA INSS

DATA: 30/07/2020

BENEFICIARIO: JOSE ELIAS PEIXOTO RODRIGUES

NB: 705033546-1 NIT: 0000000000-0

AGENCIA: 2340-0 RAZAO: 18-79 CONTA: 0868687-4

VALOR DA RETIRADA: 1.200,00

Data Prevista para Proximo Pagamento: 03/08/2020

Alo Bradesco
SAC - Servico de Apoio ao Cliente
Cancelamentos, Reclamacoes e Informacoes
0800 704 8383
Deficiente Auditivo ou de Fala - 0800 722 0099
Atendimento 24 horas, 7 dias por semana

Ouvidoria - 0800 727 9933
Atendimento de segunda a sexta-feira
das 8h as 18h exceto feriados.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



1º CARTÓRIO DISTRICTAL / MANGABEIRA
 Registro Nacional, Casamento e Outros
 em João Pessoa - PB
 MARIA VALDILENE PEREIRA LIMA
 Oficial do Registro Civil

Estado da Paraíba
 Comarca de João Pessoa
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
 Maria Valdilene Pereira Lima
 Oficial do Registro Civil
 José Vieira da Silva
 Substituto

CERTIDÃO DE CASAMENTO

O Escrivão do 2º Cartório Distrital do Registro Civil da Comarca de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba; em virtude da Lei etc.

CERTIFICO que, a fls. 08 do livro B nº - 07 de registro de casamento deste cartório, foi lavrado sob número 1.708 o casamento dos contraentes **JOSÉ ELIAS PEIXOTO RODRIGUES e MARINALVA PEREIRA DA SILVA.**

que passa a adotar o nome de: **MARINALVA DA SILVA RODRIGUES.**

contrato perante testemunhas idôneas e celebrado pelo exmo. juiz doutor **João Machado de Sousa, Juiz de Direito da Vara Distrital de Mangabeira,** pelo regime **comunhão parcial de bens,**

O contraente é **solteiro** profissão **vigilante,** nascido aos vinte de julho de mil novecentos e setenta e tres. (20-07-73), Em João Pessoa-Pb.

domiciliado e residente **nesta Capital.**

filho **JOSÉ TAVARES RODRIGUES e de SEBASTIANA PEIXOTO RODRIGUES.**

A contraente é **solteira** profissão **do lar,** nascida aos vinte e um de agosto de mil novecentos e setenta e um. (21-08-71), Em J. Pessoa-Pb.

domiciliada e residente **nesta Capital.**

filha **ANTONIO ALBINO PEREIRA DA SILVA e de MARIA DE NAZARÉ PEREIRA DA SILVA.**

Habilitados nos termos do artigo 139, Nºs I a IV. do Código Civil Brasileiro
 O referido é verdade e dou fé.

João Pessoa, 21 de junho de 1994

Maria Valdilene Pereira Lima
 Oficial do Registro Civil





Poder Judiciário da Paraíba
14ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0842538-82.2020.8.15.2001

DESPACHO

Vistos etc.

RECEBO a inicial, concedendo ainda **JUSTIÇA GRATUITA** a parte promovente.

Contudo, no que se refere à fase conciliatória, tem-se que as estatísticas revelam índice 0% de acordos celebrados nas audiências de mera tentativa de conciliação, realizadas nas ações do seguro DPVAT, nas quais as partes em, 100% das audiências, apenas transigem, após a realização de exame médico na pessoa do segurado, atestando e graduando a lesão ensejadora da indenização securitária. Aliás, em muitos casos, as partes recusam a transação, mesmo após a realização do exame pericial.

Destarte, a par do contexto acima traçado, o cumprimento do art. 334 do CPC/2015 mostra-se um formalismo processual comprovadamente inútil. Além do mais, em razão do monumental volume de serviço e a ordem cronológica no cumprimento dos despachos judiciais, a escrivania desta vara



ainda levaria meses para realizar o agendamento da referida audiência na pauta do CEJUSC, razão pela qual sua designação ocasionaria um prejuízo ainda mais grave para as partes e para a marcha processual.

Sendo assim, em obediência ao princípio da razoável duração do processo, tal como determina o art. 139, II, do CPC, considerando que não há nulidade sem prejuízo, excepcionalmente **DEIXO** de designar a audiência prévia nestes autos, para ordenar, desde logo a citação da promovida.

Portanto, **CITE-SE** a parte demandada para contestar a ação em 15 dias, a contar na forma do art. 231 do CPC, sob pena de revelia.

João Pessoa, data da assinatura digital.

Alexandre Targino Gomes Falcão

Juiz de Direito

